

Greve de auditores fiscais cria filas de caminhões nas fronteiras e prejudica economia

Fonte: *Correio Braziliense*

Data: *17/01/2022*

A greve dos auditores fiscais da Receita Federal já começa a afetar a economia e o abastecimento de cidades próximas às fronteiras do Brasil com o Paraguai, e o problema pode se estender para outras regiões do país. Segundo o sindicato que representa os servidores, o Sindifisco, a operação padrão iniciada para pedir a regulamentação do bônus de eficiência e reajuste salarial tem deixado postos fronteiriços da Receita Federal lotados e causado lentidão na exportação e importação de cargas.

Na fronteira entre Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, há o temor de que a mobilização possa causar o desabastecimento de produtos essenciais e atingir até mesmo o abastecimento de alimentos. Em outros locais do país, que fazem fronteira com a Argentina e o Uruguai, a situação é parecida: centenas de caminhões se espremem nos pátios conhecidos como Portos Secos aguardando a liberação de mercadorias.

Também em Mato Grosso do Sul, o município de Mundo Novo amanheceu com grandes filas de caminhões. Dezenas deles ficaram parados do lado de fora do pátio da Receita durante a noite. No Rio Grande do Sul, o pátio da Receita Federal em Porto Xavier, que tem capacidade para 95 caminhões, ficou totalmente ocupado. O prefeito da cidade chegou a pedir uma reunião com representantes do Sindifisco para tentar reverter a situação, já que há filas de caminhões esperando para cruzar a fronteira por meio de balsa.

No Norte, em Roraima, o congestionamento de cargas levou o governador do estado a procurar o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar fazer avançar as negociações entre os servidores e o ministério. Não deu certo. A reunião, na quinta-feira, entre o presidente do Sindifisco, Isac Falcão, foi "frustrante". Com isso, a mobilização dos auditores está mantida por tempo indeterminado.

A operação padrão na Receita Federal foi a primeira resposta de servidores públicos à aprovação do Orçamento de 2022 que garantiu reajustes salariais apenas para carreiras policiais, que integram a base do governo. O movimento dos auditores consiste em adotar um rigor excessivo na análise de declarações, documentos e pedidos de importação e exportação, tornando o trabalho da Receita extremamente lento.

Essa estratégia pode encarecer, inclusive, o preço dos combustíveis. Na semana passada, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) encaminhou ao Ministério da Economia uma carta em que demonstrou preocupação com o atraso na liberação de cargas, especialmente no Porto de Santos, o principal do país. No Brasil, as refinarias não possuem capacidade para atender toda a demanda por combustíveis, daí a necessidade de importação.

Enquanto a situação dos servidores da Receita não avança, outras categorias do setor público se mobilizam para a paralisação marcada para o próximo dia 18. Ontem, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores (Fonasefe) decidiu, em reunião, participar do ato do dia 18 na frente do Banco Central e do Ministério da Economia. Nesse dia, a ideia é entregar, no ministério, um pedido de reajuste emergencial de 19,99%. Se o governo não responder ou propuser uma solução viável, a ideia é deflagrar uma greve geral a partir de 14 de fevereiro. A paralisação duraria 11 dias.

"Estamos construindo as etapas até para não ter ilegalidade. A Justiça pede isso. A gente só pode deflagrar uma greve quando o diálogo for esgotado. Esperamos que o governo tenha disposição para nos ouvir. Foi isso que construímos hoje. O dia 18 vai ser um dia nacional de luta e esperamos construir uma plataforma de diálogo", pontuou Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que integra a Fonasefe.